
Autorizações de residência de portugueses no Brasil, 2000-2015

Inês Vidigal, Carlota Moura Veiga e Hélder Paulino

Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Lisboa, Portugal

OEm Fact Sheets

13

maio de 2021

Análise de uma série estatística sobre as autorizações concedidas a portugueses para residir no Brasil. A série, de periodicidade anual, inicia-se em 2000 e termina em 2015. A sua análise permite identificar algumas características da população portuguesa que emigrou para território brasileiro naquele período: sexo, grupo etário, estado civil, condição perante o trabalho, profissão e distribuição geográfica no destino. A emigração portuguesa para o Brasil é marcada por um grande aumento das autorizações concedidas para residência a partir de 2011, com um valor superior a 3,000 entradas anuais nos anos seguintes.

Palavras-chave Autorizações de residência, Brasil, emigração portuguesa.

Title Residence permits issued to Portuguese in Brazil, 2000-2015.

Abstract Analysis of a statistical series on the permits granted to Portuguese to reside in Brazil. The series, which is annual, begins in 2000 and ends in 2015. The analysis of the series makes it possible to identify some characteristics of the Portuguese population that emigrated to Brazilian territory during this period: gender, age group, marital status, work status, professions and geographical distribution at destination. Portuguese emigration to Brazil is marked by a large increase in permits granted for residence from 2011, with a value of more than 3,000 annual entries in the following years.

Keywords Residence permits, Brazil, Portuguese emigration.

Divulgação pública autorizada

O Observatório da Emigração incentiva a divulgação de seu trabalho. É permitido copiar, descarregar ou imprimir este conteúdo para uso pessoal e profissional, bem como incluir excertos desta publicação em documentos, apresentações, blogues, sítios e materiais de ensino, desde que o Observatório da Emigração seja devidamente identificado como fonte.

Notação

Nas publicações do Observatório da Emigração usa-se a notação anglo-saxónica dos números: os milhares são separados por vírgulas e as casas decimais por pontos.

Observatório da Emigração

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: observatorioemigracao@iscte.pt

www.observatoriodaemigracao.pt

Índice

Índice de quadros, gráficos e mapas	4
1 Evolução das autorizações de residência de portugueses no Brasil, 2000-2015	5
2 Principais características sociodemográficas	8
3 Distribuição geográfica	12
Metainformação	15
Referências bibliográficas	16
Anexo (quadros)	17

Índice de quadros, gráficos e mapas

Quadros

Quadro A1	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, 2000-2015.....	17
Quadro A2	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por tipo de visto, 2000-2015.....	18
Quadro A3	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por sexo, 2000-2015	19
Quadro A4	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por grupos etários, 2000-2015.....	20
Quadro A5	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por estado civil, 2000-2015.....	21
Quadro A6	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, segundo a condição perante o trabalho, 2000-2015	22
Quadro A7	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por profissões, 2000-2015.....	23
Quadro A8	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por unidades federativas de residência no destino, valores acumulados 2000-2015	24
Quadro A9	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por região de nascimento, valores acumulados 2000-2015	25

Gráficos

Gráfico 1	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, 2000-2015.....	7
Gráfico 2	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por tipo de visto, 2000-2015.....	7
Gráfico 3	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por sexo, 2000-2015	10
Gráfico 4	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por grupos etários, 2000-2015.....	10
Gráfico 5	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por estado civil, 2000-2015.....	11
Gráfico 6	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, segundo a condição perante o trabalho, 2000-2015	11

Mapas

Mapa 1	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por unidades federativas de residência no destino, valores acumulados, 2000-2015	14
--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

1 Evolução das autorizações de residência de portugueses no Brasil, 2000-2015

Foram 36,880 as autorizações concedidas a portugueses para residirem no Brasil, entre 2000 e 2015, segundo os dados da Polícia Federal. A emigração portuguesa para o território brasileiro teve um elevado crescimento ao longo dos 15 anos em análise (ver gráfico 1).

Entre 2000 e 2003, o número de autorizações de residência concedidas a portugueses situou-se sempre abaixo de mil, com oscilações anuais pouco significativas. A partir de 2004, com mais de 1,200 autorizações anuais, inicia-se um novo ciclo que se prolonga até 2008, com um crescimento elevado em 2005 (+53%) e uma estabilização em valores elevados entre 2005 e 2006 (1,862 e 1,831 autorizações concedidas, respetivamente), valores que poderão ser explicados pelo crescimento económico do Brasil nesses anos, a que se segue uma quebra ligeira em 2007 e 2008.

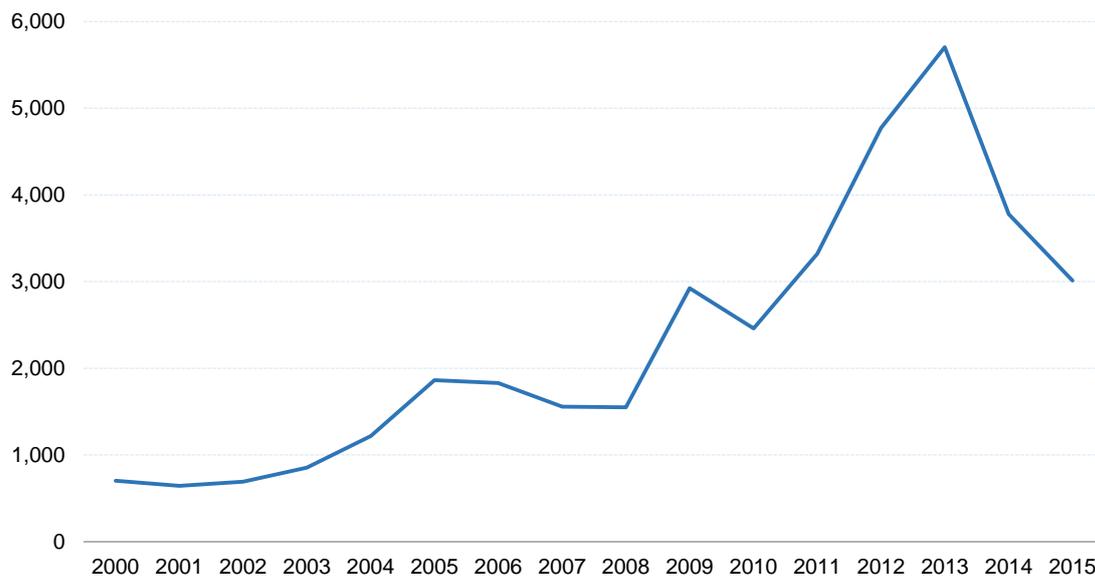
A partir de 2009, e a até de 2013, dá-se início a um novo ciclo, marcado pela crise financeira, económica e social vivida em Portugal e, numa fase inicial, no mundo. Os seus efeitos sobre o volume da emigração portuguesa variaram ao longo dos últimos anos (Pires *et al.*, 2016). Entre 2008 e 2010, a natureza global da crise financeira e, em particular, o seu impacto no emprego em Espanha, então o principal destino da emigração portuguesa, traduziu-se num decréscimo da emigração portuguesa para os destinos tradicionais dentro do espaço da União Europeia. Contudo, verifica-se que, no caso do Brasil, as autorizações de residência concedidas a portugueses neste período atingiram valores nunca antes registados neste século. De 2008 para 2009, verificou-se um aumento de +89% (2,922 autorizações concedidas), a que se seguiu o único decréscimo deste ciclo: -16%, em 2010. Com a natureza assimétrica da chamada crise das dívidas soberanas e os efeitos recessivos das políticas de austeridade, desde 2010, a emigração passou a crescer mais do que antes da crise, atingindo um pico em 2013. A emigração portuguesa para o Brasil não foi exceção. Em 2013, com 5,704 autorizações concedidas a portugueses, ocorreu o pico da série em análise, com o valor de autorizações quadruplicando em relação a 2008 e aumento de mais de 700% em relação a 2000.

A partir de 2013, registou-se um decréscimo global da emigração portuguesa, ao qual o Brasil, enquanto destino, não foi exceção. A nova fase, de declínio ligeiro mas sistemático da emigração, a partir de 2014, explica-se pela retoma do crescimento económico em Portugal, expresso na revitalização do mercado de trabalho, com crescimento do emprego e descida do desemprego. Este último ciclo de autorizações de residência de portugueses no Brasil caracteriza-se por um decréscimo sustentado, -34% em 2014 e -20% em 2015, mas ainda com valores

bastante elevados em termos relativos: mais de 3,000 autorizações em ambos os anos (números só registados no período pós-crise em Portugal).

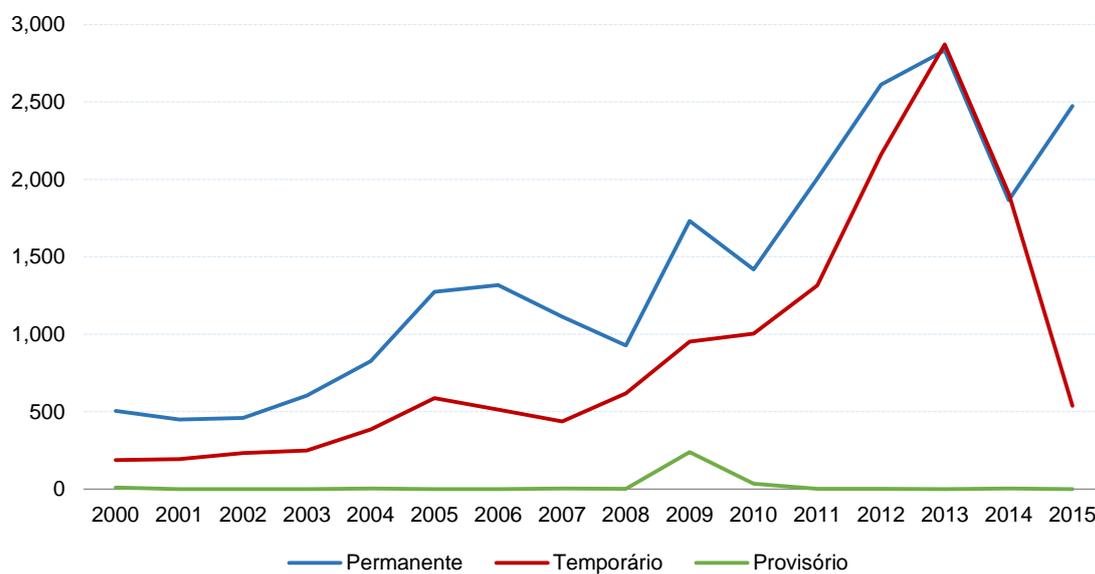
Quanto ao tipo de autorização com que os portugueses iam para o Brasil (permanente, temporária ou provisória), verifica-se, ao longo da série em análise, que, de 2000 a 2011, mais de 60% dos portugueses iam com um visto de residência permanente e os restantes com um temporário (os valores dos provisórios só são significativos em 2009: 8%). Curiosamente, nos anos de maior fluxo, de 2012 a 2014, o número de autorizações permanentes decresceu e as temporárias aumentaram, havendo quase uma sobreposição nos valores de ambas, cerca de 50% (em 2013 e 2014, as autorizações temporárias são ligeiramente superiores às permanentes). Em 2015, as autorizações permanentes cresceram de forma exponencial, representando 82%, enquanto as temporárias representavam apenas 18% (ver gráfico 2).

Gráfico 1 **Autorizações de residência de portugueses no Brasil, 2000-2015**



Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Gráfico 2 **Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por tipo de visto, 2000-2015**



Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

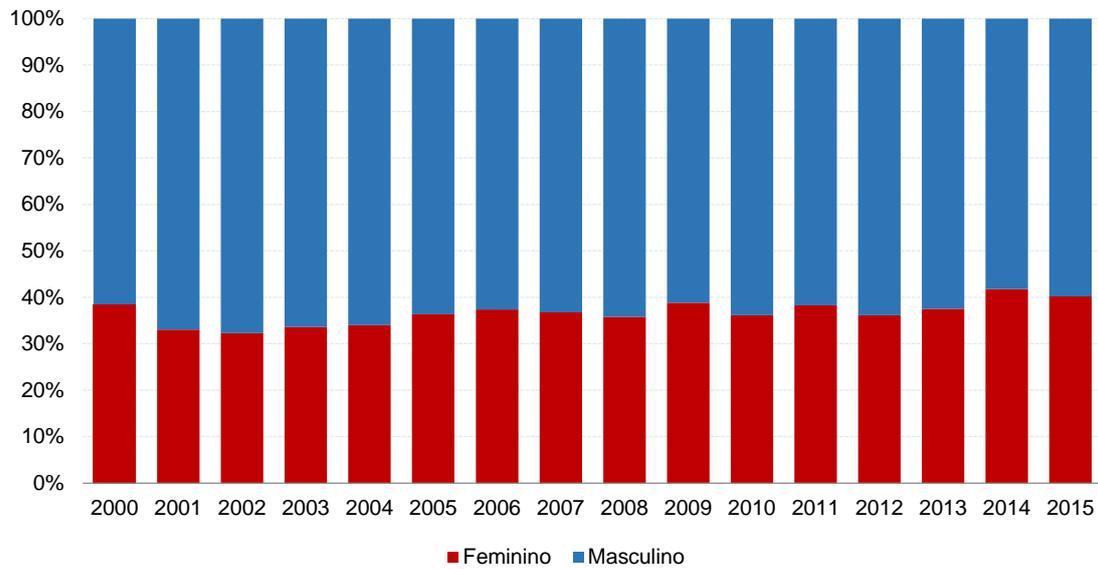
2 Principais características sociodemográficas

A maioria dos pedidos de autorização de residência por portugueses no Brasil, entre 2000 e 2015, foi realizado por homens (ver gráfico 3). Nos 16 anos em análise, a percentagem de homens que pediu autorização para residir neste país representou, anualmente, valores muito perto, ou superiores, a 60% do total. Tais dados condizem com os analisados noutros estudos que destacam a intensa masculinização dos fluxos contemporâneos de Portugal para o Brasil (Madeira *et al.*, 2020).

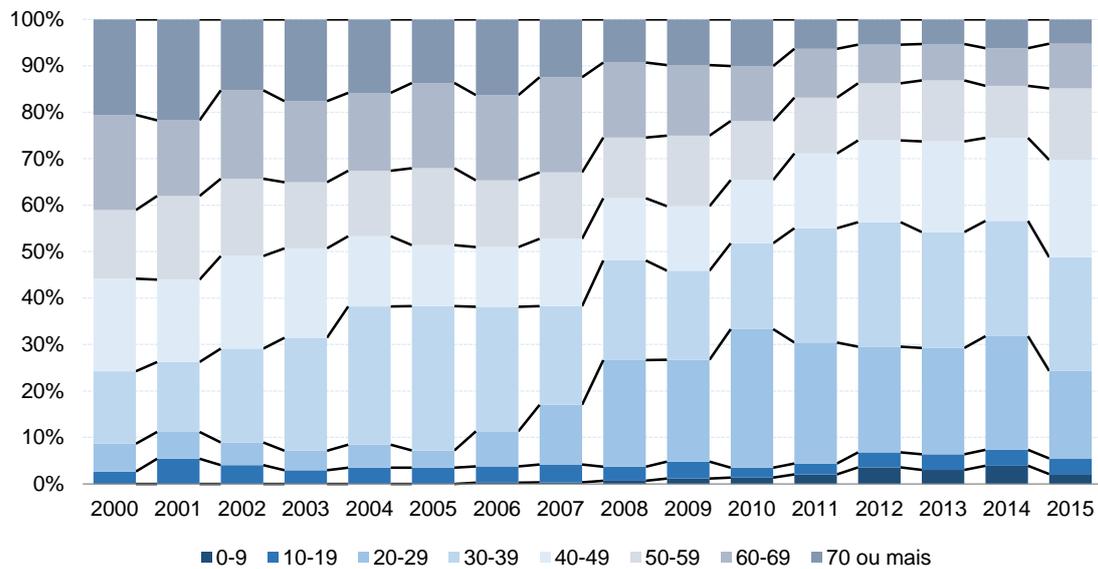
No que respeita à idade dos portugueses a quem os pedidos de autorização de residência foram concedidos, verifica-se que, dos oito grupos etários definidos, nos dois primeiros anos da série em análise, 2000 e 2001, a emigração portuguesa para o Brasil era maioritariamente envelhecida, com o grupo etário +70 anos a representar, respetivamente, 21% e 22% do total (ver gráfico 4). Os grupos etários 40-49 e 50-59 anos apresentavam valores percentuais igualmente representativos rondando, naqueles dois primeiros anos, uma média de 19% da totalidade de emigrantes portugueses que pediram autorização para residir no Brasil. Tais valores revelam que os fluxos de portugueses para este país não se circunscreveram apenas aos mais jovens que pretendiam construir as suas carreiras profissionais (Madeira *et al.*, 2020). Os elevados valores de fluxos nos grupos etários mais avançados podem ser explicados pelas facilidades existentes no acesso ao visto permanente enquanto investidor, visto este requisitado por um elevado número de portugueses reformados (Vidigal, 2021). Entre 2002 e 2007, verificou-se um rejuvenescimento da emigração portuguesa para o Brasil, com o grupo etário 30-39 a representar, em média, mais de um quarto das entradas nestes seis anos. Durante o período de crise económica vivida em Portugal verificou-se um aumento no número de jovens entre os 20 e os 29 anos que emigraram para o Brasil. Este aumento pode ser explicado pela falta de oportunidades laborais originadas pela crise em Portugal, bem como pelo crescimento económico do Brasil naquela época. Entre 2010 e 2015, os grupos etários 20-29 e 30-39 representaram mais de 50% das entradas de portugueses no Brasil, verificando-se, igualmente, um aumento nos valores das classes etárias mais baixas. O crescimento do número de crianças e adolescentes a entrar no Brasil pode ser explicado por uma emigração familiar, em que os pais, ainda jovens, levam a família para o país de acolhimento, onde pretendem exercer uma atividade laboral. Tendo em conta a grande concentração migratória nos grupos de jovens adultos e adultos, explica-se por que grande parte dos portugueses que emigraram para o Brasil entre 2000 e 2015 fosse composta por casados ou solteiros (ver gráfico 5), representando, respetivamente, valores médios de 50% e 39% do total.

No que respeita à condição perante o trabalho, ao longo dos 16 anos em análise mais de 50% dos emigrantes portugueses que chegaram ao Brasil estavam empregados (ver gráfico 6), sendo o ano em que se verificou um valor percentual mais baixo (51%) o de 2008 – ano em que teve início a crise económica em Portugal. Relativamente aos portugueses desempregados, estes representam valores bastante residuais em toda a série em análise, especialmente até 2011. Nesse ano, com o início do programa de reajustamento em Portugal, verificou-se um aumento do número de portugueses desempregados a emigrar para o Brasil, valor que aumentou consecutivamente até 2015, quando atingiu o valor mais elevado da série em análise: 7%.

Quanto ao número de estudantes, verificou-se um grande aumento em termos percentuais, ultrapassando-se a barreira dos 20% de crescimento entre 2003 – ano em que surgiu o programa Erasmus Mundus no Brasil, facilitando a mobilização de jovens estudantes para este país – e 2010. Em 2015, o número de jovens que emigraram para o Brasil atingiu o valor mais baixo da série em análise, podendo tal ser explicado pela crise económica que se iniciou naquele país nessa altura. Semelhante aos fluxos de estudantes para o Brasil, apresentam-se os fluxos de reformados, embora com valores inferiores. Entre 2004 e 2010, a média de reformados que entrou neste país rondou os 12% do total das entradas de portugueses, o que poderá ser explicado pelo quadro geral de envelhecimento da população nacional: provavelmente, alguns portugueses começaram a emigrar na reforma para climas mais do seu agrado e/ou com custos de vida mais baixos, como será o caso do Brasil.

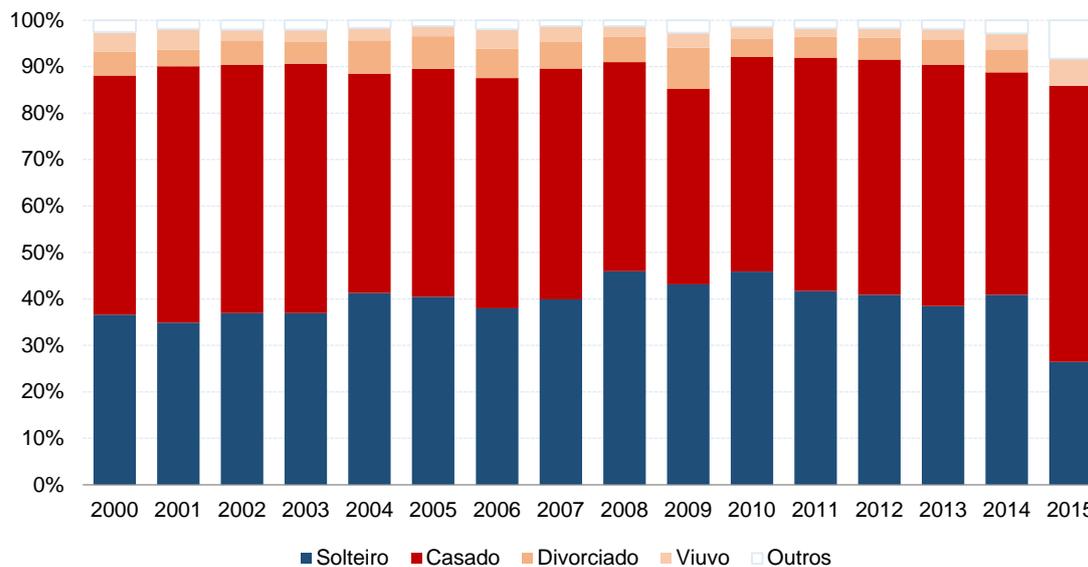
Gráfico 3 **Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por sexo, 2000-2015**

Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Gráfico 4 **Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por grupos etários, 2000-2015**

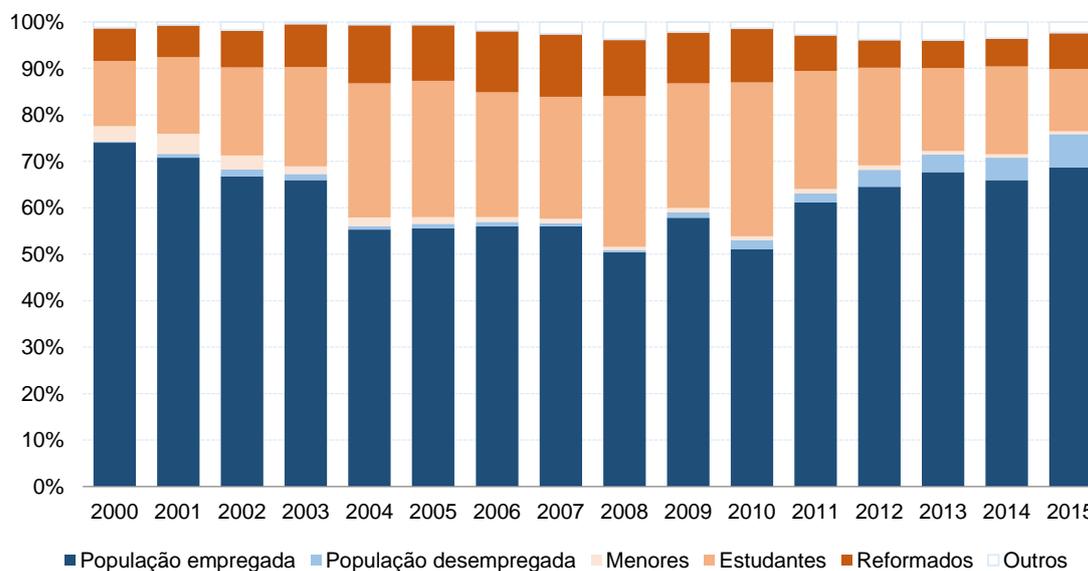
Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Gráfico 5 **Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por estado civil, 2000-2015**



Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Gráfico 6 **Autorizações de residência de portugueses no Brasil, segundo a condição perante o trabalho, 2000-2015**



Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

3 Distribuição geográfica

O direito de sair do país de origem está atualmente estabelecido como um direito fundamental de liberdade individual. Por esse motivo não existem registos administrativos de partida, ou seja, registos de emigração. Contudo, nos documentos necessários para a obtenção de autorização de residência no Brasil é pedido ao aplicante que indique o local (ou país) de nascimento. E embora estes dados não forneçam a localização do indivíduo no momento em que emigra, permitem conhecer a sua origem geográfica.

Dos 36,880 indivíduos que saíram de Portugal para o Brasil entre 2000 e 2015, quase 45% tinham nascido nos distritos de Lisboa e do Porto (29% e 16%, respetivamente). Seguiam-se os distritos de Braga, Aveiro e Coimbra, ainda acima dos 5%, mas com uma representatividade bastante inferior aos grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto.

Em termos gerais, entre os portugueses que emigraram para o Brasil parece existir uma predominância de nascidos no norte e centro em relação ao sul, e do litoral em relação ao interior, o que proporcionalmente corresponde também ao padrão de ocupação do território nacional.

No Brasil, as unidades federativas de residência dos portugueses seguem os mesmos padrões: São Paulo e Rio de Janeiro eram residência de metade dos que emigraram no período em análise (29% e 21%, respetivamente). Ambas as unidades federativas situam-se no sudeste brasileiro e integram as grandes metrópoles do país. Seguiam-se Santa Catarina, Ceará e Minas Gerais, acima dos 5%.

Na ocupação do território brasileiro evidencia-se uma preferência clara por parte dos portugueses: das dez unidades federativas onde residiam mais portugueses, que representavam 86% do total de portugueses entrados no período em análise, só uma não se situa no litoral: Goiás, que fica no centro-oeste do país. Às unidades federativas do sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), acrescenta-se ainda Minas Gerais. Já no nordeste brasileiro destacavam-se Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Das três unidades federativas que constituem o sul, destacavam-se Santa Catarina e Paraná, e, embora o Rio Grande do Sul não entrasse no top10, era a 11ª escolha (ver mapa 1).

Dada a grande concentração de emigrantes portugueses em São Paulo e no Rio de Janeiro, ao longo da história, não é de estranhar que, independentemente da região de nascimento, estas sejam as unidades federativas onde mais de 30% se estabeleceram no período em análise.

Contudo, é de registar alguns padrões que merecem um estudo mais aprofundado: 47% das pessoas que nasceram na Região Autónoma da Madeira fixaram-se em São Paulo; os emi-

grantes nascidos nos distritos de Beja, Évora, Faro e Portalegre foram os que, tendencialmente, se concentraram menos nas grandes metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro.

Quando se analisa a distribuição geográfica dos portugueses no Brasil segundo a sua condição perante o trabalho, continua a verificar-se uma forte concentração (acima dos 55%) de todos os grupos, ativos ou inativos, em São Paulo e no Rio de Janeiro e, por consequência, em toda a região sudeste. Contudo, foi nos grupos dos menores e da população desempregada que se registaram os valores superiores (65% e 62%, respetivamente).

De destacar que os reformados representavam o grupo com maior presença no nordeste (31%), seguidos pela população empregada. Já no que se refere aos estudantes, estes marcavam maior presença nas unidades federativas do sul (24%), especialmente em Santa Catarina. A população desempregada era a única com alguma representação na região do centro-oeste, na unidade federativa de Goiás (7%).

Metainformação

Autorização de residência A autorização de residência é concedida ao imigrante, residente fronteiriço ou visitante que pretenda residir temporária ou definitivamente no Brasil, desde que cumpra os requisitos da modalidade requerida.

Unidade de medida Indivíduos.

Fonte Polícia Federal do Brasil, base com microdados anonimizados cedida aos autores.

Link da fonte <http://www.pf.gov.br/home>

Referências bibliográficas

- Madeira, Paulo Miguel, Bárbara Ferreira, Pedro Candeias, João Peixoto e Duval Fernandes (2020), “Brasil”, *OEm Country Reports*, 6, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMCR062020
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Espírito-Santo e Inês Vidigal (2016), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2016*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMRE032016
- Vidigal, Inês (2021), “Vagas migratórias entre Portugal e o Brasil: entrevista com Duval Fernandes”, *OEm Conversations With*, 21, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI 10.15847/CIESOEMCW21202

Anexo (quadros)

Quadro A1 Autorizações de residência de portugueses no Brasil, 2000-2015

Ano	Número	Taxa de crescimento anual (%)
2000	704	..
2001	644	-8.5
2002	693	7.6
2003	852	22.9
2004	1,217	42.8
2005	1,862	53.0
2006	1,831	-1.7
2007	1,556	-15.0
2008	1,548	-0.5
2009	2,922	88.8
2010	2,458	-15.9
2011	3,323	35.2
2012	4,774	43.7
2013	5,704	19.5
2014	3,779	-33.7
2015	3,013	-20.3

Fonte Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Quadro A2 Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por tipo de visto, 2000-2015

Ano	Total	Valores absolutos			Valores relativos (%)		
		Permanente	Temporário	Provisório	Permanente	Temporário	Provisório
2000	704	505	188	11	71.7	26.7	1.6
2001	644	450	194	0	69.9	30.1	0.0
2002	693	459	234	0	66.2	33.8	0.0
2003	852	603	249	0	70.8	29.2	0.0
2004	1,217	827	386	4	68.0	31.7	0.3
2005	1,862	1,273	588	1	68.4	31.6	0.1
2006	1,831	1,317	514	0	71.9	28.1	0.0
2007	1,556	1,114	438	4	71.6	28.1	0.3
2008	1,548	927	618	3	59.9	39.9	0.2
2009	2,922	1,731	952	239	59.2	32.6	8.2
2010	2,458	1,419	1,004	35	57.7	40.8	1.4
2011	3,323	2,006	1,315	2	60.4	39.6	0.1
2012	4,774	2,611	2,160	3	54.7	45.2	0.1
2013	5,704	2,833	2,871	0	49.7	50.3	0.0
2014	3,779	1,866	1,909	4	49.4	50.5	0.1
2015	3,013	2,474	539	0	82.1	17.9	0.0

Fonte Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Quadro A3 Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por sexo, 2000-2015

Ano	Total	Valores absolutos		Valores relativos (%)	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2000	704	421	283	59.8	40.2
2001	644	375	269	58.2	41.8
2002	693	433	260	62.5	37.5
2003	852	544	308	63.8	36.2
2004	1,217	751	466	61.7	38.3
2005	1,862	1,189	673	63.9	36.1
2006	1,831	1,120	711	61.2	38.8
2007	1,556	999	557	64.2	35.8
2008	1,548	979	569	63.2	36.8
2009	2,922	1,829	1093	62.6	37.4
2010	2,458	1,565	893	63.7	36.3
2011	3,323	2,192	1131	66.0	34.0
2012	4,774	3,169	1605	66.4	33.6
2013	5,704	3,862	1842	67.7	32.3
2014	3,779	2,531	1248	67.0	33.0
2015	3,013	1,853	1160	61.5	38.5

Fonte Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Quadro A4 Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por grupos etários, 2000-2015

Ano	Total	Valores absolutos							Valores relativos (%)								
		0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70 ou mais	0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70 ou mais
2000	704	0	19	42	110	140	104	144	145	0.0	2.7	6.0	15.6	19.9	14.8	20.5	20.6
2001	644	0	35	37	97	114	116	105	140	0.0	5.4	5.7	15.1	17.7	18.0	16.3	21.7
2002	693	0	28	34	140	138	115	132	106	0.0	4.0	4.9	20.2	19.9	16.6	19.0	15.3
2003	852	0	25	36	207	164	121	149	150	0.0	2.9	4.2	24.3	19.2	14.2	17.5	17.6
2004	1,217	0	43	60	362	184	171	204	193	0.0	3.5	4.9	29.7	15.1	14.1	16.8	15.9
2005	1,862	0	65	69	579	244	309	341	255	0.0	3.5	3.7	31.1	13.1	16.6	18.3	13.7
2006	1,831	5	64	138	491	235	264	336	298	0.3	3.5	7.5	26.8	12.8	14.4	18.4	16.3
2007	1,556	5	60	200	331	225	222	319	194	0.3	3.9	12.9	21.3	14.5	14.3	20.5	12.5
2008	1,548	11	46	356	332	207	202	250	144	0.7	3.0	23.0	21.4	13.4	13.0	16.1	9.3
2009	2,922	35	105	641	560	405	445	443	288	1.2	3.6	21.9	19.2	13.9	15.2	15.2	9.9
2010	2,458	33	54	732	455	334	313	290	247	1.3	2.2	29.8	18.5	13.6	12.7	11.8	10.0
2011	3,323	68	79	865	817	535	398	351	210	2.0	2.4	26.0	24.6	16.1	12.0	10.6	6.3
2012	4,774	170	154	1,088	1,279	840	586	398	259	3.6	3.2	22.8	26.8	17.6	12.3	8.3	5.4
2013	5,704	174	189	1,307	1,423	1,113	748	446	304	3.1	3.3	22.9	24.9	19.5	13.1	7.8	5.3
2014	3,779	149	130	923	938	675	423	306	235	3.9	3.4	24.4	24.8	17.9	11.2	8.1	6.2
2015	3,013	65	100	567	737	632	464	289	159	2.2	3.3	18.8	24.5	21.0	15.4	9.6	5.3

Fonte: Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Quadro A5 Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por estado civil, 2000-2015

Ano	Total	Valores absolutos					Valores relativos (%)				
		Solteiro	Casado	Divorciado	Viúvo	Outros	Solteiro	Casado	Divorciado	Viúvo	Outros
2000	704	258	362	36	30	18	36.6	51.4	5.1	4.3	2.6
2001	644	225	355	23	29	12	34.9	55.1	3.6	4.5	1.9
2002	693	256	370	37	16	14	36.9	53.4	5.3	2.3	2.0
2003	852	315	457	40	23	17	37.0	53.6	4.7	2.7	2.0
2004	1,217	503	574	87	33	20	41.3	47.2	7.1	2.7	1.6
2005	1,862	753	914	130	42	23	40.4	49.1	7.0	2.3	1.2
2006	1,831	696	907	116	76	36	38.0	49.5	6.3	4.2	2.0
2007	1,556	621	773	89	53	20	39.9	49.7	5.7	3.4	1.3
2008	1,548	712	696	85	35	20	46.0	45.0	5.5	2.3	1.3
2009	2,922	1,261	1,228	259	95	79	43.2	42.0	8.9	3.3	2.7
2010	2,458	1,129	1,134	98	62	35	45.9	46.1	4.0	2.5	1.4
2011	3,323	1,385	1,670	148	62	58	41.7	50.3	4.5	1.9	1.7
2012	4,774	1,951	2,417	225	97	84	40.9	50.6	4.7	2.0	1.8
2013	5,704	2,195	2,964	302	135	108	38.5	52.0	5.3	2.4	1.9
2014	3,779	1,544	1,810	187	130	108	40.9	47.9	4.9	3.4	2.9
2015	3,013	798	1,790	0	176	249	26.5	59.4	0.0	5.8	8.3

Fonte: Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Quadro A6 Autorizações de residência de portugueses no Brasil, segundo a condição perante o trabalho, 2000-2015

Ano	Total	Valores absolutos					Valores relativos (%)						
		Empre- gados	Desem- pregados	Menores	Estudantes	Reformados	Outros	Empre- gados	Desem- pregados	Menores	Estudantes	Reformados	Outros
2000	704	521	2	23	99	50	9	74.0	0.3	3.3	14.1	7.1	1.3
2001	644	456	5	28	106	45	4	70.8	0.8	4.3	16.5	7.0	0.6
2002	693	463	10	21	131	56	12	66.8	1.4	3.0	18.9	8.1	1.7
2003	852	562	11	14	182	80	3	66.0	1.3	1.6	21.4	9.4	0.4
2004	1,217	673	9	23	351	154	7	55.3	0.7	1.9	28.8	12.7	0.6
2005	1,862	1,035	18	27	546	225	11	55.6	1.0	1.5	29.3	12.1	0.6
2006	1,831	1,025	18	19	492	242	35	56.0	1.0	1.0	26.9	13.2	1.9
2007	1,556	871	11	15	408	211	40	56.0	0.7	1.0	26.2	13.6	2.6
2008	1,548	781	7	11	502	189	58	50.5	0.5	0.7	32.4	12.2	3.7
2009	2,922	1,690	34	28	784	323	63	57.8	1.2	1.0	26.8	11.1	2.2
2010	2,458	1,257	47	21	814	286	33	51.1	1.9	0.9	33.1	11.6	1.3
2011	3,323	2,032	64	31	845	260	91	61.1	1.9	0.9	25.4	7.8	2.7
2012	4,774	3,081	174	45	1,003	291	180	64.5	3.6	0.9	21.0	6.1	3.8
2013	5,704	3,862	214	42	1,021	346	219	67.7	3.8	0.7	17.9	6.1	3.8
2014	3,779	2,492	182	28	716	230	131	65.9	4.8	0.7	18.9	6.1	3.5
2015	3,013	2,068	218	19	403	235	70	68.6	7.2	0.6	13.4	7.8	2.3

Fonte Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Quadro A7 Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por profissões, 2000-2015

Ano	Valores absolutos										Valores relativos (%)									
	Profissões das Forças Armadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	Técnicos e profissões de nível intermédio	Pessoal administrativo	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Trabalhadores não qualificados	Profissões das Forças Armadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	Técnicos e profissões de nível intermédio	Pessoal administrativo	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Trabalhadores não qualificados
2000	1	122	126	16	14	154	16	27	12	2	0.2	24.9	25.7	3.3	2.9	31.4	3.3	5.5	2.4	0.4
2001	3	106	108	15	5	148	7	14	11	2	0.7	25.3	25.8	3.6	1.2	35.3	1.7	3.3	2.6	0.5
2002	7	115	134	11	9	99	16	24	13	5	1.6	26.6	30.9	2.5	2.1	22.9	3.7	5.5	3.0	1.2
2003	6	153	151	15	11	123	5	40	18	1	1.1	29.3	28.9	2.9	2.1	23.5	1.0	7.6	3.4	0.2
2004	5	229	168	18	7	134	5	33	20	5	0.8	36.7	26.9	2.9	1.1	21.5	0.8	5.3	3.2	0.8
2005	6	406	211	32	14	230	7	39	14	0	0.6	42.3	22.0	3.3	1.5	24.0	0.7	4.1	1.5	0.0
2006	16	380	237	33	11	204	8	45	19	4	1.7	39.7	24.8	3.4	1.1	21.3	0.8	4.7	2.0	0.4
2007	12	311	217	21	13	173	4	38	15	2	1.5	38.6	26.9	2.6	1.6	21.5	0.5	4.7	1.9	0.2
2008	23	252	207	16	9	119	2	35	14	6	3.4	36.9	30.3	2.3	1.3	17.4	0.3	5.1	2.0	0.9
2009	42	449	407	57	32	318	11	104	26	6	2.9	30.9	28.0	3.9	2.2	21.9	0.8	7.2	1.8	0.4
2010	55	304	294	36	19	223	7	92	25	7	5.2	28.6	27.7	3.4	1.8	21.0	0.7	8.7	2.4	0.7
2011	71	389	547	53	33	272	11	190	28	7	4.4	24.3	34.2	3.3	2.1	17.0	0.7	11.9	1.7	0.4
2012	130	550	995	91	54	350	11	298	70	17	5.1	21.4	38.8	3.5	2.1	13.6	0.4	11.6	2.7	0.7
2013	82	648	1,109	95	55	402	8	553	70	8	2.7	21.4	36.6	3.1	1.8	13.3	0.3	18.3	2.3	0.3
2014	65	367	727	76	56	285	11	334	59	6	3.3	18.5	36.6	3.8	2.8	14.4	0.6	16.8	3.0	0.3
2015	18	319	455	71	56	356	19	357	60	11	1.0	18.5	26.4	4.1	3.3	20.7	1.1	20.7	3.5	0.6

Fonte: Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Quadro A8 Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por unidades federativas de residência no destino, valores acumulados 2000-2015

Posição	Unidades federativas	N	%	% acumulada
..	Total	36,880	100.0	..
1	São Paulo	10,606	28.8	28.8
2	Rio de Janeiro	7,713	20.9	49.7
3	Santa Catarina	2,253	6.1	55.8
4	Ceará	2,246	6.1	61.9
5	Minas Gerais	1,984	5.4	67.3
6	Bahia	1,663	4.5	71.8
7	Paraná	1,571	4.3	76.0
8	Rio Grande do Norte	1,402	3.8	79.8
9	Pernambuco	1,357	3.7	83.5
10	Goiás	1,027	2.8	86.3
11	Rio Grande do Sul	958	2.6	88.9
12	Espírito Santo	840	2.3	91.2
13	Paraíba	763	2.1	93.2
14	Distrito Federal	496	1.3	94.6
15	Alagoas	294	0.8	95.4
16	Amazonas	293	0.8	96.2
17	Maranhão	264	0.7	96.9
18	Pará	241	0.7	97.5
19	Mato Grosso do Sul	229	0.6	98.2
20	Mato Grosso	216	0.6	98.7
21	Rondônia	149	0.4	99.1
22	Sergipe	114	0.3	99.5
23	Piauí	76	0.2	99.7
24	Tocantins	55	0.1	99.8
25	Amapá	37	0.1	99.9
26	Roraima	20	0.1	100.0
27	Acre	13	0.0	100.0

Fonte Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.

Quadro A9 Autorizações de residência de portugueses no Brasil, por região de nascimento, valores acumulados 2000-2015

Posição	Região de nascimento	N	%
..	Total	36,880	100.0
1	Lisboa	10,577	28.7
2	Porto	5,913	16.0
3	Braga	2,067	5.6
4	Aveiro	2,021	5.5
5	Coimbra	1,738	4.7
6	Viseu	1,515	4.1
7	Setúbal	1,482	4.0
8	Leiria	1,354	3.7
9	Santarém	1,260	3.4
10	Região Autónoma da Madeira	1,059	2.9
11	Faro	986	2.7
12	Vila Real	849	2.3
13	Viana do Castelo	752	2.0
14	Bragança	698	1.9
15	Guarda	639	1.7
16	Região Autónoma dos Açores	588	1.6
17	Castelo Branco	535	1.5
18	Beja	420	1.1
19	Évora	418	1.1
20	Portalegre	286	0.8
21	Estrangeiro	50	0.1
..	Não especificado	1,673	4.5

Fonte Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Polícia Federal do Brasil.



Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração é uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte, Instituto Universitário de Lisboa, onde tem a sua sede. Funciona com base numa parceria entre o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Iscte, o Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa, o Instituto de Sociologia, da Universidade do Porto, e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, da Universidade de Lisboa. Tem um protocolo de cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Série	OEm Fact Sheets, 13
Título	Autorizações de residência de portugueses no Brasil, 2000–2015
Autores	Inês Vidigal, Carlota Moura Veiga e Hélder Paulino
Editor	Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa
Data	Maio de 2021
ISSN	2183-4385
DOI	10.15847/CIESOEMFS132021
URI	http://hdl.handle.net/10071/22614

Como citar Vidigal, Inês, Carlota Moura Veiga e Hélder Paulino (2021), "Autorizações de residência de portugueses no Brasil, 2000–2015", *OEm Fact Sheets*, 13, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMFS132021

www.observatorioemigracao.pt

cies _iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

IGOT Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA

IS INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U(POR)TO



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

**COMUNIDADES
PORTUGUESAS**